Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 22-04-2016

Acta nº 8

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
Maria José Nóvoas de Pinho Gonçalves Codesso	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Hilário Manuel Esteves Afonso	Vereador	P
Maria Fernanda de Almeida Cerdeira	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 14-04-2016

Operações Orçamentais	390.363,78€
Operações de Tesouraria	574.655,23€
Documentos	86.823,66€

Início da reunião: 10.00 horas

Esta reunião foi secretariada por Fátima Alexandra Faria da Costa, Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Municipal.

Largo Hermenegildo Solheiro
4960-551 Melgaço

Telf. 251 410 100
Fax 251 402 429

www.cm-melgaco.pt
geral@cm-melgaco.pt

I – Antes da ordem do dia

O vereador Manuel Rodrigues alertou para a situação potencialmente perigosa em Roussas à beira do Cruzeiro devido ao muro que poderá ceder. Parece que a intervenção que a Câmara Municipal fez no pavimento é provisoria, mas pergunta se irá resolver o problema de segurança na via.
O vereador Hilário Afonso explicou que foi efetuada uma vistoria já há dois anos para a avaliação do estado do muro. A intervenção realizou-se para evitar infiltrações de agua no muro, mas os serviços estão a acompanhar a situação. Não existe deslocação recente e se mantiver assim não está prevista mias nenhuma intervenção.
O vereador Manuel Rodrigues propôs que se deveria colocar sinalização no local a alertar porque existem estacionamentos abusivos inclusive de veículos de grandes dimensões como por exemplo de camiões de pedra.
O vereador Manuel Ramos dos Santos considerando que faz dois anos a iniciativa da conferência de imprensa para alertar da questão dos cuidados continuados e com a mudança recente de Governo e de Ministro da tutela perguntou se existe alguma novidade em relação à Unidade de Cuidados Continuados de Melgaço.
O Presidente da Câmara Municipal recordou que após três tentativas de marcar reuniões com a ARS há dois anos, fizemos a conferência de imprensa para dar nota do nosso descontentamento pela não abertura da Unidade de Cuidados Continuados. Na visita do atual Primeiro Ministro, e ainda antes das eleições, foi prometido que se resolveria o assunto. O novo Governo tem 4 meses mas no início deste ano já conversei com o Secretário de Estado da Saúde e ele tem um conhecimento profundo do processo de Melgaço. O processo está a ser desbloqueado porque o Ministro da Saúde já tomou medidas nacionais para relançamento das Unidades de Cuidados Continuados (que estavam a ser abandonadas) e recentemente veremos uma nova e diferente forma de ver as UCC e a sua função social. O Ministro da Saúde já pediu autorização de despesa que já foi dada e os serviços da ARS já visitaram a Unidade de Melgaço. O processo está a ser agilizado para de seguida ser escolhido o parceiro privado para a exploração, mas formalmente ainda não tem conhecimento de qual entidade será. Espera que até ao Verão se irá realizar a abertura formal e que o Primeiro –Ministro fará questão de vir cá a esse evento. Informou também que houve uma tentativa do Governo anterior para alterar para uma Unidade de Cuidados Continuados para saúde mental mas este governo tem um entendimento diferente, numa lógica de uma UCC de média e longa duração para a população do Norte do País (cuja colocação depende de um sistema de gestão própria e criteriosa). Em suma, gostaria que o processo fosse mais rápido mas entende que este processo leva tempo.
O vereador Manuel Ramos dos Santos informou que os convites em papel aos produtores chegaram depois da data de inscrição que consta nos Regulamentos da Festa do Alvarinho e do Fumeiro.
O Presidente da Câmara Municipal respondeu que se fez a comunicação da Festa e os Regulamentos em vários suportes, sendo o correio apenas um deles, com bastante tempo de antecedência. Afirmou que não existiram condicionantes de inscrição na Festa por esse motivo.

Largo Hermenegildo Solheiro
4960-551 Melgaço
Telf. 251 410 100
Fax 251 402 429
www.cm-melgaco.pt
geral@cm-melgaco.pt

II - Ordem do dia

Administração Municipal

81. Presente para efeitos de análise e votação a Acta nº07 de 06-04-2016.
O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções, da vereadora Maria José Codesso e do vereador Manuel José Cardoso Rodrigues, por terem estado ausentes, aprovar a Acta nº07 de 06-04-2016.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

82. Presente para efeitos de ratificação, a atribuição de fundo de maneio para algumas despesas relacionadas com a Festa do Alvarinho e do Fumeiro 2016, que ficará anexo a esta acta.
O Executivo deliberou, por unanimidade, ratificar a atribuição de fundo de maneio para a Festa do Alvarinho e do Fumeiro 2016, num total de 1.500,00€ e que deverá ser entregue a Maria Isabel Fernandes Domingues Gonçalves.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

83. Presente para efeitos de ratificação o regulamento da viagem dos idosos do concelho de Melgaço à Corunha e Santiago de Compostela, que ficará anexo a esta acta.
O Executivo deliberou, por unanimidade, ratificar, o regulamento apresentado.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Unidade de Planeamento e Gestão Territorial

84. Presente Regulamento da Zona Industrial de Penso: solução interpretativa, que ficará anexo a esta acta.
O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a solução interpretativa, de acordo com a informação técnica.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Presidência

85. Presente documentos de prestação de contas e relatório de gestão de 2015, que ficarão anexos a esta acta.
O Presidente da Câmara Municipal apresentou os documentos de prestação de contas de 2015. Referiu os fluxos de caixa e o Resultado Liquido do Exercício, na composição e evolução da receita salientou a execução da receita corrente em 94,94% e que a execução da receita de capital de 41,65% (revelando uma melhoria em relação ao não passado) é uma consequência da estagnação do Quadro Comunitário de apoio. A despesa apresenta uma execução global de 88%. Relativamente às receitas referiu a diminuição de impostos diretos, o aumento das transferências correntes e da venda de bens e prestações de serviços, a subida das transferências do Orçamento de Estado (mas que ainda nem sequer

Largo Hermenegildo Solheiro
4960-551 Melgaço
Telf. 251 410 100
Fax 251 402 429
www.cm-melgaco.pt
geral@cm-melgaco.pt

atingem os valores de 2008), a diminuição da receita das eólicas. Na execução das despesas referiu o aumento com as despesas de pessoal que estão relacionadas com o aumento dos encargos com a saúde e com as rescisões contratuais. Salientou o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental corrente, a diminuição da divida total assim como o montante em pagamentos em atraso e a margem de endividamento.
Resumindo considerou a evolução positiva mas que ainda existe trabalho a fazer em termos de otimização da despesa através de decisões racionais.
O vereador Manuel Rodrigues considerou que existem algumas evoluções positivas em algumas rubricas, contudo a despesa corrente continua elevada sendo que esta não tem diminuído o suficiente mesmo com os cortes salariais. A despesa corrente tem um peso muito grande e não liberta meios para outros fins, sabe que a estrutura é pesada e não se faz tudo num dia mas os custos são fixos. As receitas próprias são muito reduzidas e se há menos população há menos receita e nem sequer temos industria que sustente os impostos camarários. Ou seja, para existir investimento terá de se recorrer a financiamento externo. O problema é que as taxas de execução da receita de capital ficaram muito baixas. Assim, para que hajam meios libertos para financiamento é necessário reduzir mais os custos fixos.
O Presidente da Câmara Municipal afirmou que a criação do serviço de Aprovisionamento foi essencial para controlar a execução da despesa e que se está a trabalhar para diminuir a despesa corrente, mas que existe despesa corrente produtiva e algumas componentes da despesa corrente são investimentos por exemplo em novos eventos. Mesmo assim, continuamos a procurar soluções e novas fontes de financiamento.
O vereador Manuel Ramos dos Santos expressou a sua preocupação ao nível do bem-estar da população e o relacionamento com os cidadãos. Afirmou que o Orçamento continuou com a mesma linha dos anteriores e por isso a sua execução também não se traduzindo numa dinamização interna do concelho. Com dois anos de mandato, considerou existirem algumas melhorias e aspetos positivos a nível de intervenções e racionalização e melhor gestão dos recursos humanos. Investimentos em realização de eventos com reflexos positivos, com os quais concordamos, em investimentos naquilo que é nosso e nos nossos produtos locais. Mas temos as debilidades de sempre. Temos um concelho com pouca capacidade de criar postos de trabalho e apesar de algumas mudanças continuamos a não ser atrativos para empresas. Ao nível do comércio as empresas vão definhando sucessivamente, o que tem reflexos no envelhecimento da população e desertificação social, considerando serem estas as consequências da incapacidade de gerar postos de trabalho. A baixa capacidade de gerar receitas próprias condiciona a nossa autonomia financeira apresentando excessiva dependência a quadros comunitários. Se gerássemos fluxos financeiros positivos tínhamos outro desafogo senão temos de estar sempre à espera de candidaturas, porque se não existirem recursos financeiros excedentários temos de contrair divida para executar os projetos, o que certamente será melhor do que não aproveitar as candidaturas. As Juntas de Freguesia na sua maioria também apresentam um desempenho muito insipiente embora reconheça que têm meios muito escassos. Relativamente à diminuição do serviço da divida considera que é uma mera consequência do cumprimento pelos compromissos assumidos do que um ato de racionalidade financeira.
O Presidente da Câmara Municipal, relativamente à questão da dependência do Quadro Comunitário para executar investimento, afirmou que todas as autarquias assumem que ou existe Quadro Comunitário (que ficou estagnado com o Governo anterior e que só agora é

Largo Hermenegildo Solheiro
4960-551 Melgaço
Telf. 251 410 100
Fax 251 402 429
www.cm-melgaco.pt
geral@cm-melgaco.pt

que começa a ser iniciado) ou por via de outros rendimentos não temos investimentos estruturantes. Salientou que a gestão tem sido feita com rigor que se traduz na redução da divida e dos atrasos nos pagamentos, mas o investimento não ficou descurado, foi possível fazer o abastecimento de agua a Paderne, obras na Escola Secundária, vias públicas e projetos para o planeamento urbanístico futuro, com meios próprios e ainda não temos candidaturas no Quadro Comunitário, algum reembolso desta despesa virá mas não sabemos quanto e quando. Reconhece que deveríamos transferir mais recursos financeiros para as juntas de freguesia principalmente para as que não apresentam muita capacidade financeira, mas admira o trabalho que as Juntas de freguesia fazem sem grandes recurso e que têm tido a capacidade de fazerem coisas fabulosas. Esclareceu que tem feito muito trabalho para atrair novos investimentos em reuniões com o AICEP, com delegações empresariais, diretamente a empresas, etc, mas não tem sido fácil captar empresas e industrias. Porque estamos estruturados assim e não temos parque empresarial, contudo temos alguns aspetos positivos como a ampliação da AFLEX, mas sabemos que temos de continuar a trabalhar nesse sentido. Na área dos vinhos temos empresas a crescer. A capacidade de atração de indústrias por Municípios vizinhos não é má para Melgaço, não temos nada a perder com isso porque pode ser emprego para a nossa população.

Aprovado por maioria com dois votos contra do vereador Manuel Rodrigues e do vereador Manuel Ramos dos Santos.
O Presidente da Câmara Municipal, o vereador Manuel Rodrigues e o vereador Manuel Ramos dos Santos apresentaram declarações de voto.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

86. Presente para efeitos de aprovação a Revisão Orçamental nº2: aplicação de saldos de gerência, que ficará anexa a esta acta.
O Executivo deliberou, por maioria, com a abstenção do vereador Manuel Fernandes Ramos dos Santos e do vereador Manuel José Cardoso Rodrigues, aprovar a Revisão Orçamental nº2.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Gestão Municipal

87.Presente para efeitos de aprovação a abertura de procedimento concursal para recrutamento por tempo indeterminado de dois Técnicos Superiores, um com licenciatura em direito e outro com licenciatura em Arquitetura, que ficará anexo a esta acta.
O Presidente da Câmara Municipal explicou o motivo da abertura de procedimentos de contratação de dois técnicos superiores. O Procedimento para contratar um Técnico superior na área jurídica é para suprir a ausência da Técnica Superior jurista que irá em mobilidade para uma outra camara Municipal e o para técnico Superior de Arquitetura devido à necessidade de dar resposta a todas a áreas de competência da Unidade de Planeamento e Gestão do Território, com especial ênfase na parte do planeamento.
O vereador Manuel Rodrigues expressou a sua discordância na contratação de mais um técnico Superior de Arquitetura porque em Melgaço cada vez temos menos construção e desde logo menos trabalho nessa área.
O Presidente da Câmara Municipal contrapôs afirmando que uma autarquia precisa de um Gabinete de Planeamento sempre mesmo com reduzida construção. Relembrou que já

Largo Hermenegildo Solheiro
4960-551 Melgaço
Tel. 251 410 100
Fax 251 402 429
www.cm-melgaco.pt
geral@cm-melgaco.pt

estiveram em efetividade de funções duas arquitetas e as duas saíram de Melgaço uma em Licença sem vencimento e outra em mobilidade para outra Câmara Municipal e acredita que já não voltarão ao serviço em Melgaço. Também acredito que uma prestação de serviços não resolve o problema de falta de recursos humanos na autarquia.

O vereador Manuel Ramos dos Santos disse que não concebe uma autarquia sem arquiteto especialmente com os novos desafios para constituir as áreas de reabilitação urbana. No futuro se não existir trabalho suficiente para todos os técnicos nessa área poder-se-á recorrer à figura de extinção de posto de trabalho.

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu ainda que o número de trabalhadores tem vindo a diminuir de forma considerável e que começamos a notar falhas em algumas áreas de serviço e na parte do Planeamento e gestão urbanística há muito trabalho e processos atrasados.

O Executivo deliberou, por maioria, com a abstenção do vereador Manuel José Cardoso Rodrigues, aprovar a abertura de procedimento concursal para recrutamento por tempo indeterminado de dois Técnicos Superiores.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Unidade de Planeamento e Gestão Territorial

88. Presente para efeitos de aprovação o Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia, que ficará anexa a esta acta.

O Presidente da Câmara Municipal explicou que a proposta de regulamento de toponímia iria agora ser posta a discussão pública e seria enviada à Assembleia Municipal em Junho.

O vereador Manuel Ramos dos Santos elogiou a iniciativa dizendo que é uma ação muito importante para estabelecer a uniformização nas placas no nosso território.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 12.00 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Fátima Costa, Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal

Manoel Batista Calçada Pombal

Mod. GE/001.0

22.04 2016
185
8

DECLARAÇÃO DE VOTO

REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE 22-04-2016

ASSUNTO N.º 85: Relatório de Gestão e documentos de Prestação de Contas de 2015

A execução Orçamental no ano de 2015, pautou-se pelo seguimento da política de rigor e contenção da despesa numa ótica de otimização de recursos para a qual também contribuiu a reorganização dos serviços municipais. Esta reorganização também nos permitiu oferecer um novo atendimento centralizado, com mais qualidade e comodidade aos nossos munícipes através do Balção Único.

As Grandes Opções do Plano evidenciam com a sua execução de 70% que os compromissos assumidos na elaboração do Orçamento Municipal foram em larga medida concretizados, dos quais salientamos o Abastecimento de Agua à Freguesia de Paderne, Saneamento no lugar da Assadura, Diversas Intervenções de Reabilitação Urbana em Melgaço na Vila de Melgaço (intervenção em instalações sanitárias, contentores subterrâneos, sinalização e arruamentos), a requalificação da Iluminação pública para lâmpadas Leds, a loja interativa de Melgaço. Se o quadro comunitário de apoio não estivesse congelado, com certeza que as nossas possibilidade de investimento seriam exponenciadas. Por isso continuamos a trabalhar no planeamento futuro para a apresentação de projetos aquando da disponibilização de Candidaturas ao Portugal 2020.

Apesar dos constrangimentos financeiros manteve-se o apoio à população, às nossas associações e IPSS numa ótica de intervenção social consciente.
No apoio à economia local seguimos a lógica de implementar eventos com um cariz diferenciador não só no Concelho de Melgaço mas também em Lisboa para alcançar outra dimensão em termos de público e de abrangência comercial para os produtores.

A atividade municipal continuará a pautar-se pelo fundamento das suas decisões na prossecução do interesse público, na nossa população e no desenvolvimento do nosso Concelho.

Melgaço, 26-04-2016

O Presidente da Câmara Municipal

Manoel Batista Calçada Pombal

MANUEL FERNANDES

Vereador Independente

22 04 2016
85
B

DECLARAÇÃO DE VOTO (CONTRA)

Do vereador independente, Manuel Fernandes, referente ao assunto nº 85 "Prestação de Contas de 2015", deliberado na última reunião ordinária de 22.04.2016.

Submetidas que foram à apreciação da vereação municipal, as contas de 2015, mais uma vez, constatamos que estas se encontram em linha com o exercício dos anos anteriores, confirmando-se a estagnação económica do concelho, a falta de imaginação gestionária do actual executivo e a falta de dinâmicas internas capazes de promover mais bem estar e mais felicidade aos melgacenses.

E se pensamos, num exercício mais abrangente, no que foi feito nestes dois anos de mandato, vemos muito pouco ou quase nada. Com efeito, reconhecemos algumas alterações na organização e funcionamento dos serviços municipais, com vista a introduzir maior racionalidade na gestão dos recursos humanos, mas quanto àquilo que deveria ser essência da acção municipal, traduzida em acções reais, materiais e concretas que tivessem por finalidade o aumento do bem estar e da qualidade de vida dos melgacenses, registamos uma nulidade chocante.

As contas de 2015 limitam-se, assim, a repetir as nossas fragilidades de muitos anos:

- a incapacidade de criar postos de trabalho e emprego;

- a pouca capacidade de atracção de empresas;

- a confirmação do definhamento da actividade comercial e da restauração no concelho;

- a incapacidade de promover a fixação da população, conduzindo, por um lado, ao envelhecimento acentuado da população, por não existir dinâmicas de renovação de

gerações e, por outro, a uma forte desertificação social que constitui a causa directa da crise das actividades atrás referidas;

- a baixa capacidade de gerar receitas próprias, comprometendo a autonomia financeira do município;

- a excessiva dependência da aprovação de candidaturas comunitárias, o que compromete de forma significativa a capacidade de realização colectiva do município;

- o esquecimento assumido das freguesias, deixando-as à mercê das suas receitas próprias, o que põe em causa o desenvolvimento integral e harmonioso do concelho.

Além disso, o executivo municipal tenta evidenciar a boa execução das contas de 2015, com a diminuição do serviço de dívida do município, quando na verdade, mais do que um acto de boa gestão ou de racionalidade económica, a diminuição da dívida expressa, apenas, o respeito pelo cumprimento pontual e integral dos nossos compromissos. Já louvável seria, e teria merecido o meu aplauso, se o município estivesse a gerar, e não está, recursos financeiros excedentários que permitisse o pagamento antecipado dos empréstimos contraídos, o que não acontece, infelizmente. Não há assim, razões para se embandeirar em arco.

Por outro lado, o executivo municipal fala em exercício de rigor, mas rigor pressupõe eficiência e eficácia na utilização de recursos e, isso, está longe de ser conseguido pela acção municipal.

Basta olhar para alguns equipamentos e algum património que não são usados, que estão abandonados ou que têm uma utilização condicionada por falta das condições adequadas ao seu funcionamento, para percebermos que estamos muito longe do rigor apregoado.

São estas, portanto, algumas das razões que fundamentam o meu voto contra.

Melgaço, 26 de Abril de 2016.

O Vereador

_____

(Manuel Fernandes

22 04 2016
85.
9

DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRA

Do vereador eleito pelo PSD, Manuel José Cardoso Rodrigues referente ao assunto nº85 "Prestação de contas e relatório de gestão de 2015".

Nos últimos anos tenho vindo a referir que os problemas de gestão do município de uma forma geral persistem. Esta prestação de contas está em linha de orçamentos de anos anteriores, sem imaginação e sem que traduza mais bem-estar nas populações.

Continuam-se a verificar as debilidades de sempre, não criação de emprego, pouca capacidade de atracção de empresas, comercio a definhar, jovens a partir e envelhecimento assustador.

Olhando para os documentos de prestação de contas 2015 verificamos que relativamente aos custos salta logo há vista a elevada estrutura de despesa corrente face á capacidade do município em gerar receitas próprias, (19% em relação às receitas totais), o que se traduz numa preocupação efectiva acerca da sustentabilidade futura da autarquia e consequentemente da economia local.

Outra preocupação é o facto de a realização de investimento estar excessivamente dependente de receitas de capital, nomeadamente fundos comunitários com taxas de execução muito baixas , o que demonstra em minha opinião uma forte debilidade na gestão traduzido numa falta de capacidade de libertar meios necessários ao investimento.

Manifesto outra preocupação em relação às transferências de fundos para as juntas de freguesia, são residuais comparativamente á despesa total.

Em relação ao serviço da dívida, verifica-se uma redução o que em minha opinião só traduz o respeito e cumprimento o que acho bastante positivo.

Entendo que de uma forma particular era importante que a gestão da autarquia tentasse uma redução da despesa corrente com uma estratégia global naquilo que são as suas opções de forma a libertar meios para um melhor investimento.

Dado que as opções da autarquia não vão ao encontro daquelas que seriam as minhas opções e por todas as razões acima indicadas o meu voto não poderia ser outro que não fosse contra.

Melgaço 25 de Abril 2016

O Vereador